

Ordem do Dia

O comandante J. G. Aragão, superintendente geral da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro — ou, para encurtar conversa, a Light — deu uma entrevista a um matutino. A certa altura, diz que “no caso dos bondes... o ponto crucial da questão reside para nós na impossibilidade em que nos encontramos de obter o pessoal suficiente e capaz de atender aos carros que, considerados inservíveis, podem entretanto ser utilizados como reboques para aumento da capacidade de transporte.

E continua:

“A crise de pessoal é verdadeiramente alarmante. Não nos tem sido possível contratar o numero suficiente de condutores e motorneiros, muito embora sejam bem razoáveis os salarios de começo de carreira pagos pela companhia.”

Mais para a frente diz estamos em “situação normal” que requer “medidas extraordinarias” para “abrandar o rigor de exigencias perfeitamente cabíveis em tempos de paz”. Lembra que estamos em guerra e, “sendo de exceção a situação”, precisamos de “leis de exceção”.

O comandante falou, falou e não se explicou. Que “leis de exceção” são essas que a Light está querendo para dispor um maior numero de condutores e motorneiros para os seus “reboques inservíveis”, esses “infra-taobas” que pretende lançar? Desejará obrigar alguém a trabalhar nos seus bondes com os “salarios bem razoáveis”? Não sei.

Mas dou uma sugestão. Faça-se uma lei fixando um salario minimo inicial para condutores e motorneiros em importancia duas vezes maior aos “bem razoáveis”. A Light não poderá se queixar, porque, como bem explica o senhor comandante, sendo de exceção a situação”, precisamos de “leis de exceção”. Garanto que logo apparecerão motorneiros e condutores aos pótes. Além do mais eu, por mim, acharia isso natural, porque notei que hoje estou pagando pelo bonde o dobro — e em certos casos quatro vezes mais — do que pagava até algum tempo. Ai fica a sugestão, que vai gratis. Sirva-se, comandante.